

Os anos perdidos, segundo Antônio Barros de Castro

Joelmir Beting

Notas Econômicas

Guerra nas estrelas

O domínio articulado das infinitas possibilidades da tecnologia da informatização, vulgo informática, colocou o homem no espaço, depositou o terráqueo na Lua, despachou disco voador da Terra para as órbitas de Vênus, Marte e Júpiter e inaugura, ainda este ano, o desfrute militar do vazio sideral — a chamada "guerra nas estrelas", a tal.

Terça-feira, em Washington, o Pentágono divulgou documento sobre o programa norte-americano de construção e lançamento dos canhões orbitais de laser e dos satélites antimísseis e dos mísseis anti-satélites. Os protótipos serão testados a partir de setembro, se o Congresso ligar o sinal verde antes de junho. Ronald Reagan se reserva o direito de não assinar qualquer acordo com a União Soviética sobre o uso limitado do espaço cósmico para fins bélicos. Até a Otan, quinta-feira, repeliu essa ideia.

Na poderosa indústria do ramo, fala-se em produção de material defensivo, cão-de-guarda sideral da civilização ocidental.

A corrida da militarização do vazio cósmico, já entulhado de artefatos terráqueos, era esperada desde que o primata, na descoberta das possibilidades do polegar, arremessou o primeiro osso e derrubou o primeiro puma.

Escrevendo certo por linhas inúteis, a tecnologia de vanguarda acaba partilhando vasta prole de conquistas eletrônicas para uso corrente aqui no chão: novos saltos da indústria da informática e da telecomunicação. Os ganhos maiores são faturados pelas áreas do grupo C3 — Comunicação, Comando e Controle.

Os subprodutos mais valiosos contemplam os serviços cotidianos da televisão, da telemática, da navegação, da meteorologia, do rastreamento, da petroquímica, da metalurgia, da física, da ótica... Um satélite de vigilância, vulgo "espião", trabalha com câmera fotográfica de alta definição, capaz de identificar uma pessoa em terra com foto balda de até 150 quilômetros de altitude.

Esse equipamento faz a alegria dos satélites de alarme antecipado, hoje operados por americanos e soviéticos em órbitas geossíncronas (ou geoestacionárias) sobre as bases de lançamento de balísticos intercontinentais do inimigo...

Guerra nas estrelas, quase um bilhão de dólares por disparo — eis a fronteira da informática universal. Dessa provocação científica e tecnológica ninguém nos livra. A água e o urso, de mãos dadas, estão com a "defesa nacional" e não abrem.

O resto do mundo, sob o guarda chuva cósmico de Washington e Moscou, prefere investir na robótica nossa de cada dia. Inclusive, o Terceiro Mundo, que não vacila em embarcar no bonde errado da "informatização sistêmica" dos processos de produção.

Eis a questão: deve a sociedade não desenvolvida impartar, com casca e tudo, os pacotes de engenharia da sociedade mais que desenvolvida, agora entediada?

País rico, por definição, tem no capital o fator abundante e no trabalho o fator escasso. Diria melhor: o fator caro. Nos ciclos de expansão, fator importado. Caso da Alemanha e da Escandinávia.

País pobre, por natureza, tem no trabalho o fator ocioso e no capital o fator escasso — importado, hoje, no montante de US\$ 830 bilhões, dívida

externa do Terceiro Mundo, Brasil no meio.

Nas asas da robótica, máquina no lugar do homem, os países ricos financiam o seguro-desemprego de 27 milhões de homens com os ganhos de produtividade das engenhosas cibernéticas da indústria, do comércio, da agricultura, da administração, dos bancos e dos serviços em geral. Eles faturam os saltos de escala da criação tecnológica nos laboratórios, nas universidades e nas fábricas e recuperam o poder de competição sobre produtos manufaturados que se refugiaram, nos anos 60 e 70, em certos "terminais de fabricação" que a gente chama de Brasil, Argentina, Singapura, Hong-Kong, Formosa ou Coreia do Sul.

A mão-de-obra barata e dócil do Terceiro Mundo atraiu as fábricas migrantes e permitiu o florescimento de uma indústria nativa competitiva especialmente quando empurrada por generosos incentivos (fiscais e cambiais) "socializados" pelos contribuintes e consumidores locais.

A reviravolta já começou. Os exportadores do Terceiro Mundo estão perdendo o terreno conquistado, seja nos ramos de vanguarda ou nos ramos tradicionais. Do radinho de pilha ao tecido de algodão, os fabricantes americanos e europeus resurgem das sombras armados de uma poderosa infantaria de robôs infalíveis e disciplinados.

A indústria têxtil já sentiu o primeiro tranco da "virada" americana e europeia, indústria de novo bem dotada em preço, qualidade e proteção tarifária. Essa autêntica volta por-cima é patrocinada pelo domínio da informática, hoje comandando a terceira grande "onda de choque" da tecnologia de projeto, de processo e de produto dos últimos duzentos anos.

Pólo industrial periférico, o Brasil vê estrelas no trato de tamanha provocação. Ainda não dispomos de uma Política Nacional de Emprego (trabalho do homem entendido como fim em si mesmo) e temos de modular alguma coisa parecida com Política Nacional de Informática.

Ainda não articulamos uma Política Nacional de Tecnologia (ecologia para as condições brasileiras de uso e de abuso) e temos de queimar etapas na armação de uma Política Nacional de Informática. Ainda não temos uma Política Nacional de Ciência (sementeira de todas as florestas da civilização) e temos de embarcar no bonde andando de uma Política Nacional de Informática. No fundo, telhado da PNI antes dos es da PNE, da PNT e da PNC.

Menos mal. A urgente definição de uma Política Nacional de Informática pode, no mínimo, colocar a tranca na porta arrombada, antes que a robótica americana, europeia ou japonesa, em nome do "poder de competição do produto brasileiro no mercado mundial", faça do homem brasileiro um produto descartável no trabalho, desprezível no consumo e indesejável na sociedade. A mecanização do trabalho humano no século passado catapultou milhões de europeus para as colônias do Novo Mundo, África, Ásia, Oceania.

A robotização da economia "competitiva" despachará milhões de brasileiros para onde?

Ou não será mais fácil e salutar desenvolver, via controle nacional da Informática, uma Política Nacional de Emprego digna do nome, capaz de traçar o mapa da mina de uma tecnologia de progresso do tipo "intensiva labor", tropicalizada para o caso genuinamente brasileiro de uso e de abuso?

Cresce a venda de máquinas

Em janeiro deste ano, as vendas reais (deflacionadas) de máquinas e implementos agropecuários aumentaram 73,6% em relação ao mesmo mês de 1983. No mesmo período, as vendas reais de máquinas-ferramentas cresceram 17,2% e as de máquinas têxteis, 9,8%, de acordo com dados da Associação e Sindicato da Indústria de Máquinas. Entretanto, o mesmo não aconteceu com outros três subsetores da indústria de bens de produção mecânicos: as vendas de máquinas para artigos plásticos recuaram 36,7% (portanto queda maior do que a verificada em janeiro de 1984 em relação a dezembro de 1983, que foi de 30,6%), as da indústria mecânica pesada caíram 27% e as de máquinas gráficas, 4,4%.

Sempre de acordo com os dados da Abimaq/Sindimaq, no primeiro mês deste ano em relação a janeiro de 1983, em toda a indústria de bens de produção mecânicos o emprego total declinou 13,3% (-0,4% em janeiro de 1984 em relação a dezembro de 1983), os salários reais caíram 24,1% (-8,9%, entre janeiro e dezembro), a produção industrial baixou 7,1% e as vendas diminuíram 13,1%. Outros dados setoriais indicam que em janeiro (em relação ao mesmo mês

de 1983) o emprego total na indústria de máquinas-ferramentas retrocedeu 12,9%, mas, comparando de janeiro de 84 com dezembro de 1983, o emprego cresceu 2%. Na mesma indústria, no mês de janeiro em relação a dezembro passado, a produção caiu 8,7%, mas a variação entre janeiro e janeiro foi positiva: +3,1%.

Na indústria de máquinas e implementos agropecuários, todos os indicadores de janeiro foram positivos: o emprego aumentou 0,7% e a produção, 31,3%. Na de máquinas têxteis, entre janeiro deste ano e dezembro passado o índice de emprego cresceu 1,1% e a produção, 0,8%. Mas, no confronto janeiro-janeiro, o emprego recua 11,1% e a produção, 9%. No setor de mecânica pesada, a única variação positiva foi o ligeiro crescimento (0,5%) do emprego em janeiro, em relação a dezembro. Em máquinas gráficas, o emprego também subiu (2,2%) em janeiro, em relação ao mês anterior. E, na indústria de máquinas para artigos plásticos, o único indicador que apresentou variação positiva foi o de número de horas trabalhadas na produção (+1,9%), em janeiro comparado com dezembro do ano passado.

J. CARLOS DE ASSIS
Repórter da Sucursal do Rio

Único resultado positivo da economia nos últimos dois anos, o saldo da balança comercial praticamente nada tem a ver com o programa de austeridade imposto ao País pelo FMI e por isso não lhe pode ser creditado", afirma o economista Antônio Barros de Castro, presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro e professor da Universidade Federal do Rio. A seu ver, a austeridade significa, de fato, "anos perdidos" para o processo de industrialização e para a possível melhoria das condições de vida da população brasileira.

Contrariamente aos economistas que interpretam o saldo expressivo da balança comercial como resultado da compressão violenta das importações, de natureza conjuntural, Castro acredita que a economia, por força da maturação de alguns grandes programas de substituição lançados no governo Geisel, entrou numa fase de "superávit estrutural no comércio exterior". Entende, porém, que esse "café" adquirido à margem do programa do FMI está sendo, na verdade, malbaratado pela política econômica recessiva.

Também em desacordo com outros economistas, inclusive de oposição, Castro acha que o saldo comercial poderia viabilizar "o ajustamento externo" requerido pelos bancos credores do Brasil e pelo FMI, em termos estritamente financeiros. "Mas a um custo social elevadíssimo advirte — e por uma rota extremamente vulnerável. Basta uma retração mais séria em 1986/87 nos Estados Unidos ou um novo período de alta de taxa de juros para inviabilizar o programa".

Sobre os sinais de recuperação da economia, a partir da indústria, o professor reconhece que, "pelos dados do bimestre janeiro/fevereiro, o que também parece ser verdade para março, a retração da economia cessou. Sobre isso, devem ser ditas duas coisas preliminarmente: uma, que se trata de um movimento não previsto em geral pelos economistas e empresários; outra, que nada indica por enquanto uma retomada do crescimento".

Acima das expectativas

Antônio Castro observa que o saldo do comércio "está acima das expectativas formuladas até mesmo pelos órgãos governamentais. Se compararmos o primeiro trimestre de 1984 com o de 1983, veremos que, na produção desse saldo, contribuíram tanto a continuada queda das importações como as exportações, que passaram a subir rapidamente. Desse dois resultados, um não parece sustentável: as importações de US\$ 3,2 bilhões no trimestre estão evidentemente abaixo do que é de se esperar mesmo no atual nível de baixa atividade econômica".

Fim da retração não chegou a ser previsto

Além disso, o fato notável é que a contenção maior, no trimestre, refere-se a importações de petróleo. "A explicação está na centralização do comércio instaurada no final de julho, com reflexos no final do ano e que se estenderam até agora. A centralização acabou, mas os efeitos de sua eliminação ainda não apareceram, pois há sempre uma defasagem de 30 a 60 dias entre a emissão de guia, a ordem de embarque e outros expedientes burocráticos para efetivar a compra. Em razão disso, as importações devem crescer daqui para frente".

"Quanto às exportações, que estão sendo puxadas por produtos industrializados, poderão continuar crescendo mesmo se ocorrer uma desaceleração de vendas destes, porque, a partir de abril, essa eventual desaceleração seria compensada pelo aumento das exportações de produtos primários. Tudo isso supõe, no entanto, que a economia dos Estados Unidos mantenha um alto ritmo de crescimento até o final do ano", acrescenta Castro.

"Tendo em vista esses fatores, se as exportações como um todo tiverem um comportamento sazonal semelhante ao do passado, o total ultrapassará US\$ 24 bilhões. Já as importações poderão tranquilamente ficar em US\$ 15 bilhões e, assim, a meta de US\$ 9 bilhões de saldo comercial poderá ser perfeitamente alcançada", prevê o economista.

A importância dessa cifra é "decisiva", pois "a partir dela vem sendo difundida a crença de que a economia poderá, daqui para a frente, manter os seus compromissos externos em dia, bastando para isso que as exportações e importações cresçam a cerca de 13% ao ano (valores correntes), com o que se obterá um saldo comercial da ordem de US\$ 20 bilhões em 1990".

Feitas algumas suposições sobre taxas de juros (usualmente otimistas, com a Libor se mantendo entre 10 e 9% ao ano), "isso significa que o País poderia ter, naquele ano, a balança de transações correntes equilibrada. Nesse caso, a dívida externa deixaria de crescer em termos reais, sendo necessário apenas o refinanciamento do principal. Isso, ao que tudo indica, satisfaria plenamente os credores".

Custo do ajuste

O resultado da balança comercial, a ser atingido em 1984, indicaria, em suma, que o País teria alcançado uma situação de viabilidade financeira externa. "É fundamental, no entanto, explicitar o que isso implicaria para o resto da economia — nota Castro. — No que se refere ao crescimento do PIB, as estimativas compatíveis com um ajustamento desse tipo resultariam em taxas de 4,5% ao ano, em média, de 1984 a 1990. E o consumo per capita cresceria,



Para Castro, austeridade significa tempo perdido para o processo de industrialização

ria, no mesmo período, a uma taxa pouco superior a 1% ao ano (com decréscimo nos dois primeiros anos e crescimento zero no terceiro, ou seja, 1986). O fato de o consumo crescer menos que a renda se deveria à evasão de renda, sob a forma de rendimentos líquidos remetidos ao Exterior".

"Para que se avalie o significado disso — prossegue o economista —, é preciso lembrar que, pelo que se sabe das características do mercado de trabalho no Brasil, o produto global tem que crescer cerca de 6% para que a mão-de-obra que chega anualmente ao mercado seja absorvida. Portanto, uma taxa de crescimento abaixo de 6% significa que, a cada ano, se acrescentará uma nova parcela de desempregados ao contingente resultante da recente crise, mais o desemprego estrutural de que a economia já era portadora antes do início da crise".

Aumento do desemprego

"Vistas por esse ângulo, as projeções indicariam, em poucas palavras, o aumento sistemático do desemprego até o final da década. E, não obstante o sacrifício imposto à sociedade, a dívida continuaria a crescer até 1990. Isso, naturalmente, se não ocorresse uma recessão centrada nos EUA nos anos 1986/87 — hipótese considerada altamente provável por analistas de várias tendências; ou um novo período de alta da taxa de juros internacionais, quando todo o programa seria colocado em risco".

Um tal custo social, associado ainda à instabilidade implícita no programa, é intolerável, segundo Castro. A seu ver, "o saldo da balança comercial de pelo menos US\$ 9 bilhões este ano constitui um grande trunfo a ser utilizado pelo Brasil diante da comunidade financeira internacional. Para tanto o professor propõe que os dados da questão sejam invertidos, de forma a se estabelecer um programa "a partir das necessidades da economia e da população brasileira. Admitamos que o mínimo de crescimento que deva ter a economia seja de uma taxa capaz de ocupar a mão-de-obra que chega anualmente ao mercado de trabalho e absorver progressivamente o desemprego existente. A taxa de 7% que o Brasil sustentou de 1945 a 1980 oferece essa possibilidade".

Voltando aos números e "refazendo os cálculos para atender ao objetivo social mínimo", Castro conclui que, "partindo de novo do saldo de US\$ 9 bilhões em 1984, o crescimento anual de 7% do PIB seria compatível com o pagamento de uma taxa de juros aos credores do Brasil da ordem de 7%, ao longo de todo o período, comparado com uma inflação em dólar da ordem de 6% anuais, em média. Para isso, o saldo comercial decresceria lentamente no início e voltaria a crescer no final da década para algo em torno de US\$ 9/10 bilhões".

"Essa proposta — argumenta o economista —, apesar de reduzir à metade a taxa efetiva de juros paga hoje e ampliar os prazos de amortização, oferece aos credores o grande atrativo de dar condições a um pacto de longo prazo, que contribua decisivamente para a estabilização da turbulenta situação financeira em que se debatem os credores. Convém lembrar a esse propósito que diversos banqueiros já acenam com a possibilidade de redução dos juros, não sendo mais isso considerado uma impossibilidade".

Só crescimento de 6% reduziria desemprego

"Existe, além disso, outro fator que poderá tornar essa proposta interessante para os credores — continua Castro — é a apresentação da moratória como única alternativa à rejeição do programa. A suspensão dos pagamentos e negociações surge assim como o que deve ser: um instrumento de pressão destinado a encaminhar a real proposta, única capaz de restaurar a estabilidade de longo prazo nas relações financeiras entre o País e seus credores. Quanto às condições para o recurso à moratória, o professor recorda apenas que "a produção brasileira de petróleo já se aproxima dos 500 mil barris/dia e que o País dispõe de contratos de longo prazo de fornecimento de óleo de 300 mil barris/dia, para um consumo de 900 mil barris/dia. Além disso, mais de dois terços das exportações já são feitas a vista, de acordo com a Cacex. Em suma, o País já dispensa créditos de médio e

longo prazo e vem reduzindo rapidamente as necessidades de crédito de curto prazo. A moratória, portanto, seria muito menos problemática para nós que para nossos credores".

Saldo estrutural

Antônio Castro está convencido de que o saldo comercial este ano se deverá menos à recessão que a mudanças estruturais na economia. "Primeiro, resulta da intensa substituição de importações de petróleo por produção doméstica. Entre 1980 e 1984, a produção interna cresce 300 mil barris/dia. Além disso, medidas de substituição (por álcool, carvão mineral, lenha e eletricidade) e conservação de petróleo respondem por uma economia de aproximadamente mais 100 mil barris/dia. Somente aí o País poupara US\$ 4 bilhões de importações, em 84".

"Somem-se a isso as substituições de importações resultantes da maturação de programa na área de não ferrosos, petroquímica, papel e celulose, fertilizantes, máquinas e equipamentos. As estimativas são de que representam uma economia de US\$ 1 bilhão. Se somarmos as exportações de alumínio, petroquímicos e aço, decorrentes dos programas oriundos dos anos 70, teremos um efeito sobre o saldo de US\$ 500 milhões, totalizando até aqui US\$ 5,5 bilhões. Acrescente-se ainda mais US\$ 1 bilhão de redução de importações, que deixaram de ser realizadas porque mudou o esquema de financiamento do balanço de pagamentos e o País não é mais obrigado a importar em grande escala meramente para obter empréstimos".

Moratória, problema maior para credores

A redução de importações e o aumento de exportações assim obtidos, dando um total de US\$ 6,5 bilhões, comparados ao saldo projetado de US\$ 9 bilhões, permite estimar o que Castro chama de "efeito recessão", ou seja, US\$ 2,5 bilhões. "É fundamental entender — insiste ele —, através destes números, que o Brasil não fez um ajustamento convencional. O que aqui ocorreu foi uma transformação da estrutura produtiva, a partir da qual o País passou a dispor de um saldo comercial estrutural".

Lembra Castro que o programa de austeridade do Fundo, adotado efetivamente em 1983/84, "chegou quando os programas de substituição de importação aludidos já se encontravam no oitavo ou nono ano de gestação — ou mesmo quando a criação estava sendo batizada. A política do FMI evidentemente em nada contribuiu para a formulação e a implementação desses projetos, que já eram, então, irreversíveis. Aliás, o que se pode afirmar é que, caso o ajustamento ortodoxo tivesse sido imposto por volta de 74/76, a grande maioria desses projetos não veria a luz".

"Em resumo, os argumentos do FMI, do Banco Mundial, do senador Roberto Campos e de tantos outros, de que a economia brasileira se furtou ao ajustamento após o primeiro choque do petróleo e agora tem que pagar um alto preço por isto, não passam de equívocos. O que explica o saldo comercial hoje disponível é fundamentalmente uma transformação do aparelho produtivo gestada, em grande medida, na segunda metade dos anos 70. Essa transformação, impulsionada por programas governamentais, constituiu algo que nega frontalmente a "filosofia do Fundo".

"A rigor — observa Castro — o que o Fundo conseguiu, no Brasil, foi impedir que uma nova onda de substituição de importações fosse convertida num programa coerente, como desejavam entidades patronais e a própria CNI. Impôs à economia uma recessão totalmente desproporcional à fração do saldo comercial por ela explicada, manifestamente inopertante no que se refere ao combate à inflação e terrivelmente onerosa para os trabalhadores".

● reconhecimento dos êxitos do programa de investimentos deslançado no governo Geisel não implica desconhecer que o segundo P.N.D. tenha sido um projeto "à beira do delírio, que tentou ocultar problemas e criar o mito do Brasil-potência", pondera Castro. Em muitos casos, suas metas, "pela tentativa espúria de validação do regime mediante

realizações econômicas, terão ido muito além do razoável."

Recuperação e crescimento

O professor Castro considera que tanto há indícios de recuperação da economia, quanto indícios em sentido contrário. Mas a seu ver a questão fundamental é que "a recuperação não garante de forma alguma crescimento. Quero frisar esse ponto: a diferença entre recuperação e crescimento é semelhante à que existe entre alguém que está agachado e se levanta e alguém que sobe uma escada. Em ambos os casos, o corpo se eleva, mas no segundo o movimento supõe a existência de um suporte físico que permite subir".

"A economia brasileira — continua o professor da UFRJ — está evidentemente agachada. A partir dessa posição, pequenos estímulos que nada têm a ver com crescimento podem permitir uma parcial recuperação do nível de atividade. Assim ocorreu, no que parece, quando a demanda de produtos industrializados por parte da agricultura expandiu-se nos últimos meses do ano passado. Isso não resultou de efetiva expansão agrícola, mas de dois mecanismos: a demanda dos agricultores estava reprimida e muito aquém de suas necessidades habituais; e os revendedores e produtores se encontravam numa situação crítica. Acionada a demanda por parte dos agricultores, decorrente da elevação dos preços agrícolas, a elevação da demanda pelo fato de ter estado previamente reprimida, intermediários e produtores queimaram rapidamente os estoques e partiram para sua recomposição, com o que ampliam a atividade de produção e ativam as encomendas, multiplicando o estímulo que receberam".

Castro adverte que isso não basta para explicar a recuperação. Assinala que tais "mecanismos podem contribuir para movimentos de recuperação que não necessariamente implicam retomada do crescimento. O importante é ter presente que, conquistado o saldo comercial, a economia brasileira pode crescer. Crescerá lentamente e insuficientemente, caso permaneça submetida a políticas ortodoxas, como as que vêm sendo implementadas. Crescerá muito mais desde que se adote um programa com os credores, como o aqui sugerido".

Governo está isolado em seu bunker tropical

"Não discutirei as condições políticas para implementação de um programa como esse — observa. — Tenho por certo que o governo que está aí, isolado em seu 'bunker' tropical, não se coloca à altura dessa tarefa histórica que requer, além de condições econômicas e financeiras, um amplo respaldo político da Nação".

Quanto à inflação, o economista observa que, removido o estrangulamento externo e uma vez afastada a ameaça de uma nova maxidesvalorização, "e caso se consiga ampliar a produção de alimentos que vem sendo escandalosamente sacrificada, em favor da agricultura de exportação e energética, ficam sob controle os dois focos primários da inflação brasileira". Ele considera, ainda, que não é imprescindível a derrubada da inflação como condição prévia para a retomada do investimento. "Ao contrário, acredito que a economia poderá crescer ao longo dos próximos três anos sem ser puxada pelo investimento privado. Pessoalmente, me bateria pela ampliação imediata dos gastos sociais que, ao lado de contribuírem para o crescimento, permitiriam mitigar a inflativa situação em que se encontram os estratos de mais baixa renda. Seria também o momento oportuno para o lançamento de um grande programa de desenvolvimento da informática, que não requer, como todos sabem, investimentos de vulto".

Acredita Castro que, contidos os focos inflacionários acima mencionados e "com a redução de custos proveniente do aumento da oferta e algum controle de preços, ocorrerão consideráveis progressos no combate à inflação. Alfás — conclui o economista — o que de pior poderia acontecer, no momento, à economia brasileira seria enfrentar um tratamento de choque à inflação, justamente quando volta a poder crescer. Seria acrescentar mais um período penoso aos anos que já foram perdidos".